

I Seminário de Modelos de Avaliação de Políticas, Programas e Impactos

FACEPE/PROEXT/NEPSS/NECSO/UFPE
28 novembro de 2007, CFCH/UFPE

Organização: Ana Cristina Brito Arcoverde (coordenadora),
Leônidas Leal da Silva e Creusa da Silva Melo

Nos anos oitenta surgiram vários métodos de pesquisa preocupados em tornar as pessoas e comunidades participantes sujeitos ativos das avaliações de impactos, no Brasil, especificamente, as avaliações de políticas e programas se deu neste período como resposta a exigência dos movimentos sociais por políticas sociais universalizadas, como um direito de cidadania.

Apesar de tais iniciativas no campo da avaliação de impactos, não é comum ou freqüente a sua realização. Os analistas preferem antes se referirem aos efeitos ou resultados do programa, ação ou experiência do que aos impactos, seja na sua concepção de “mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por uma determinada intervenção” ou experiência, seja: de impacto “como mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”, (Roche, 2002, 36).

Em meados da década de 90, existe uma tendência a pesquisas avaliativas com abordagens compreensivas que se propõem articular o método quantitativo ao qualitativo, todavia no Brasil, a prática de avaliação de políticas e programas sociais ainda é muito restrita e desenvolvida muito mais como mecanismo de controle de gastos do que para realimentar os programas em desenvolvimento (Silva, 2001, 46).

No âmbito das pesquisas realizadas, vimos investigando experiências oriundas da sociedade civil ou mesmo incentivadas pela intervenção pública em empreendimentos econômicos solidários, que vêm se desenvolvendo ao longo do tempo, nos vários estados brasileiros, sendo inclusive objeto de estudos e pesquisas, sem que sejam avaliadas quanto aos seus impactos objetivos, subjetivos e substantivos.

A pesquisa que realizamos atualmente, vem justamente no intuito de avaliar os possíveis impactos desses empreendimentos inseridos na economia solidária na vida de seus participantes, de sua família e na economia do local onde está inserido.

O argumento é o de que os princípios que organizam as relações de trabalho, gestão, poder, a propriedade e financiamento dos meios de produção, numa sociedade capitalista tardia, como é o caso da brasileira, e pernambucana em particular, constituem as razões da pobreza e da desigualdade sócio-econômica de grupos sociais, e por isso mesmo devem ser substituídos pelos princípios defendidos pela economia solidária, a saber: cooperação social, auto-gestão, controle e decisão pelos próprios empreendedores, propriedade social dos meios de produção, solidariedade social, dentre

outros. Se tais princípios se concretizam é evidente que mudanças nas condições de vida, redução da pobreza e da desigualdade social dos participantes e suas famílias, e na social-economia do local compõem como seus impactos imediatos e carecem de aferição, avaliação.

Sobre avaliação de impactos, em particular, inexistente um consenso. A literatura tem registrado diversas modalidades ou tipos definindo-os através de múltiplos critérios, e em função das perguntas que se fazem à realidade de um programa, de uma ação ou de uma experiência. Geralmente o objeto para avaliação é que permite as escolhas do tipo, método, procedimentos e técnicas mais adequados para serem utilizados, levando a necessidade portanto de discutimos e aprofundarmos os diversos modelos e experiências de avaliação.

Conforme Roche (2002, 33), “as abordagens de avaliação de impacto (“seqüência de acontecimentos que emanam da implementação de uma decisão”, de uma ação, (Grumm, 1975:443) datam dos anos 50 do século passado”. Não é raro que as mesmas àquela ocasião tratassem de prever, antes do início de um programa, experiência ou ação, suas prováveis conseqüências, fossem elas sociais, econômicas, ambientais ou de outra natureza, para poder aprová-lo, ajustá-lo ou mesmo rejeitá-lo.

Cardoso (1998, 51) chama a atenção para a complexidade da avaliação de impactos “já que não basta mostrar que ocorreram mudanças, mas é preciso mostrar, também, que as mudanças registradas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem a ação” realizada. Ainda, que é preciso considerar a natureza do impacto, seja ele objetivo (mudanças quantitativas em termos de acréscimos de bem-estar), subjetivo (estado de espírito ou percepção da importância do empreendimento) ou substantivo (qualidade do acréscimo).

Várias são as abordagens de avaliação de impacto: têm-se as de impacto social, de custo-benefício social, ambiental, etc. Nos últimos tempos esforços têm sido empreendidos para desenvolver e integrar as avaliações de impacto social e ambiental em formas mais coerentes, além do que a análise de impacto social esteve limitada quanto a sua realização de somente ser realizada após vários anos do encerramento de um programa e, ou experiência.

A pesquisa pretendida visa captar a cadeia de impactos – insumos, atividades, produtos, resultados, impactos – objetiva, subjetiva e substantivamente efetivada pelos empreendimentos econômicos solidários em termos de melhoria nas condições de vida dos seus participantes e nos indicadores sócio-econômicos do local, no solo pernambucano, mediante a mensuração e análise dos seguintes indicadores sociais: alimentação, trabalho, proteção social, despesa familiar, condições de habitação, água e saneamento, educação, saúde, recreação, mudança; econômicos: produção, produtividade, renda, propriedade, investimento, custos, participação no empreendimento, financiamento e dívidas; e ideológicos: pensamento, percepção de atendimento das necessidades, consciência da mudança, visão de mundo, atitude e comportamento.

Para tanto será necessário empreender a caracterização de tais empreendimentos no que concerne à produção, comercialização, ganhos e sua redistribuição dentre os que trabalham, em seguida conhecer os impactos na melhoria ou não das condições de vida dos empreendedores e

identificar a percepção da mudança e, finalmente, cotejá-los com os indicadores sócio-econômicos da localidade na busca pela mudança. Enfim, avaliar alterações nas condições de vida dos que participam dos empreendimentos econômicos solidários e suas relações com as mudanças sociais e locais.

Supõe-se que os programas, as experiências e as ações empreendidas no âmbito da economia solidária podem fazer uma importante diferença para a vida das pessoas, ainda que não seja permanente. Certamente os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco e que já os estudamos quanto aos seus princípios, capacidade organizativa e de inclusão, ou mesmo alternativa ao modo de produção capitalista, podem fazer diferença para alterar objetiva, subjetiva e substantivamente as condições de vida de seus participantes, e para o local em termos de melhorias sócio-econômicas.

Dá a importância de se proceder à avaliação de seus impactos observando como provocou mudanças nas condições de vida dos empreendedores e nos indicadores sociais e econômicos do local, sendo este o objetivo da nossa pesquisa.

A avaliação de dos impactos socioeconômicos nas condições de vida dos participantes e de suas famílias, e no contexto no qual se desenvolvem empreendimentos econômicos solidários, em Pernambuco, requererá procedimentos metodológicos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa, nas diversas fases da cadeia de impactos e da investigação.

Dentre estes procedimentos, salientamos a necessidade de um seminário, o qual está presente em nosso cronograma de atividades, discutindo avaliação e os modelos utilizados em pesquisas nos campos da política, programas e impactos.

Existe a necessidade de socialização dos modelos de avaliação, para que haja um maior aprofundamento dos conhecimentos sobre esta questão, com o compartilhamento de informações em palestras e debates, na presença de especialistas reconhecidos nacionalmente e que atuam na área.

Neste sentido, justificamos a relevância de estar realizando este seminário, que contará com a participação de pesquisadores, docentes, alunos de iniciação científica, tanto bolsistas quanto voluntários, afim de fomentar o debate atual sobre a temática, conjuntamente auxiliando na formação e na competência em avaliação de impactos.

O seminário terá na sua programação, a exposição e debate de modelos de avaliação, contando com a participação de especialistas que estudam, pesquisam e produzem sobre o tema, bem como a apresentação e o intercâmbio de experiências de avaliação de programas sociais existentes na atualidade.